



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 829, DE 2011

Nos termos do artigo 255, inciso II, alínea “C”, nº 12, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 315 de 2008, que visa proibir o uso de produtos de tabaco em ambientes fechados, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 316 de 2008, que altera o art. 2º da Lei nº 9.294/96, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, e nº 420 de 2005, que proíbe o uso de produtos de tabaco nos bares, restaurantes, e demais estabelecimentos assemelhados, localizados em todo o território nacional, sejam apreciados também pela Comissão de Assuntos Econômicos, por tratarem de matéria no âmbito de sua competência.

JUSTIFICATIVA

Em uma análise preliminar dos projetos supracitados, estou plenamente convencido da inafastável necessidade de que as referidas proposições sejam submetidas ao crivo da Comissão de Assuntos Econômicos, por tratarem de

matéria de impacto econômico, que carecem de avaliação específica por um corpo técnico especializado.

Com efeito, foram realizados estudos, como o publicado pela Fundação Getúlio Vargas, intitulado “O valor do cigarro e do consumidor fumante para bares e restaurantes de São Paulo”, que demonstrou forte impacto econômico, com uma provável redução de faturamento para o setor de bares, restaurantes, padarias e hotéis.

Dados internacionais corroboram com este entendimento e comprovam a tendência de queda no faturamento do setor após a implementação do banimento. No Reino Unido, as vendas caíram 10% nos pubs, em decorrência da redução de 14% no número de freqüentadores, apenas dois meses após a introdução da proibição. Na Escócia, foram fechados 1.409 pubs, o que representou cerca de quatro estabelecimentos por dia, no período avaliado. O mesmo comportamento de mercado foi verificado em países como Canadá, Estados Unidos, Austrália, etc.

Ante o exposto, considero de suma importância a análise das propostas pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões,

Senador **CIRO NOGUEIRA**

Publicado no **DSF**, em 07/07/2011.